

Continuação

	Reculta Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização de investi- mentos	Outras receitas/ (despesas) líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido exercício
CECM				(13.564)	-	(724)	(14.288)	19.613	5.325	(3.173)	2.152
Ecosul	431.473	(229.535)	201.938	(17.344)	-	13	184.607	(49.039)	135.568	(45.202)	90.366
Ecovias	1.405.061	(515.784)	889.277	(73.434)	-	60	815.903	(135.774)	680.129	(222.002)	458.127
RDC				(6.017)	-	(1.449)	(7.466)	16.143	8.677	(3.456)	5.221
Ecopistas	445.477	(236.748)	208.729	(25.131)	-	96	183.694	(70.778)	112.916	(32.211)	80.705
Eco101	494.703	(483.534)	11.169	(20.060)	-	8	(8.883)	(28.575)	(37.458)	45	(37.413)
Ecoponte	175.211	(77.704)	97.507	(14.051)	-	185	83.641	(33.840)	49.801	(15.446)	34.355
EcorioMinas	139.166	(92.832)	46.334	(9.021)	-	2	37.315	22.159	59.474	(9.293)	50.181
Eco135	753.023	(535.523)	217.500	(15.049)	-	(1)	202.450	(168.066)	34.384	(11.760)	22.624
Ecovias do Araguaia	880.889	(855.431)	25.258	(21.736)	-	(1)	3.521	25.067	28.588	(9.917)	18.671
Holding do Araguaia				(982)	(124)	-	18.671	17.565	(33.247)	-	(33.247)
Argovias				(18)	-	-	41.314	41.296	24	(1)	41.319
Eco050	517.512	(384.431)	133.081	(16.708)	-	209	116.582	(54.238)	62.344	(21.030)	41.314
Ecovias do Cerrado	495.659	(430.147)	65.512	(14.693)	-	35	50.854	8.844	59.698	(11.794)	47.904
EIL-05				-	-	-	-	-	-	-	-

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Redução de Capital	Aquisição Participação	Dividendos e Juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	31/12/2022
CECM Concessões S.A.	219.524	(174.692)	-	(41.001)	-	-	2.152	5.983
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	67.047	-	-	(75.089)	-	-	90.365	82.323
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	516.306	-	-	(290.114)	-	-	458.128	684.320
RDC Concessões S.A.	173.553	(172.585)	-	(1.240)	8.500	-	5.221	13.449
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	847.252	-	-	(48.863)	-	-	80.704	879.093
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	831.463	-	-	-	282.500	-	(37.413)	1.076.550
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	213.973	-	-	(8.158)	-	-	34.354	240.169
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.	-	16.794	-	(4.455)	393.306	-	49.937	455.582
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	-	(26.038)	-	-	150.000	-	22.624	146.586
Holding do Araguaia S.A.	389.492	-	-	-	31.374	-	(21.611)	399.255
EIL-05 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	1
Argovias Administração e Participações S.A.	691.854	-	-	(457)	70.000	-	41.319	802.716
Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ágio	644.713	-	-	(47.723)	-	-	47.904	644.894
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	30.392	-	-	-	-	(2.087)	-	28.305
Argovias Administração e Participações S.A. - Ágio	384.833	-	-	-	-	(12.058)	-	372.775
Lucros não realizados	(26.621)	-	-	-	-	-	(17.270)	(43.891)
	4.957.743	(347.277)	16.795	(517.100)	935.680	(14.145)	756.414	5.788.110

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Outros Efeitos (*)	Dividendos e Juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Amor- tização de ágio	Equiva- lência patri- monial	31/12/2021
CECM Concessões S.A.	208.111	-	(84.467)	-	-	95.880	219.524
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	99.311	-	(117.019)	-	-	84.755	67.047
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	589.863	-	(443.277)	-	-	369.720	516.306
RDC Concessões S.A.	125.681	-	-	-	-	47.872	173.553
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	617.682	-	(13.102)	187.500	-	55.172	847.252
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	646.945	-	-	239.000	-	(54.482)	831.463
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	202.836	-	(3.469)	-	-	14.606	213.973
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	(275)	-	-	-	-	(25.763)	(26.038)
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	1	(1)	-	-	-	-	-
Holding do Araguaia S.A.	-	1	-	398.370	-	(8.879)	389.492
Argovias Administração e Participações S.A.	481.723	-	-	197.000	-	13.131	691.854
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	608.571	-	(9.351)	-	-	45.493	644.713
Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ágio	33.586	-	-	-	(3.194)	-	30.392
Argovias Administração e Participações S.A. - Ágio	396.474	-	-	-	(11.641)	-	384.833
Lucros não realizados	(15.303)	-	-	-	-	(11.318)	(26.621)
	3.995.206	-	(670.685)	1.021.870	(14.835)	626.187	4.957.743

a) Controladora

	Hardware	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Veículos	Instalações	Imobilizado em andamento	Benfiteitorias	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	25,0	10,0	-	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	12,6	6,8	6,4	-	4,0	12,0	11,4	-	10,1	-	-
	Custo										
Saldos em 31/12/2021	25.617	1.357	1.801	2.207	9.223	300	17.802	46	7.765	1	66.119
Adições	6.646	222	4	-	2	-	15.266	-	133	-	22.273
Baixas	(11.599)	(4)	-	-	-	-	(846)	-	-	-	(12.449)
Saldos em 31/12/2022	20.664	1.575	1.805	2.207	9.225	300	32.222	46	7.898	1	75.943
	Depreciação										
Saldos em 31/12/2021	(20.025)	(1.007)	(1.313)	-	(3.677)	(188)	(6.367)	-	(6.088)	(1)	(38.666)
Adições	(2.178)	(3)	(116)	-	(370)	(36)	(2.809)	-	(790)	-	(6.399)
Baixas	11.589	3	-	-	-	-	3	-	-	-	11.595
Saldos em 31/12/2022	(10.614)	(1.104)	(1.429)	-	(4.047)	(224)	(9.173)	-	(6.878)	(1)	(33.470)
	Residual										
Em 31/12/2022	10.050	471	376	2.207	5.178	76	23.049	46	1.020	-	42.473
Em 31/12/2021	5.592	350	488	2.207	5.546	112	11.435	46	1.677	-	27.453
	Custo										
Saldos em 31/12/2020	22.906	1.262	1.804	2.207	9.223	222	10.018	45	7.556	1	55.244
Adições	2.714	95	4	-	-	78	7.784	1	209	-	10.885
Baixas	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Transferências	(3)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	25.617	1.357	1.801	2.207	9.223	300	17.802	46	7.765	1	66.119
	Depreciação										
Saldos em 31/12/2020	(18.418)	(920)	(1.192)	-	(3.308)	(170)	(5.296)	-	(4.996)	(1)	(34.301)
Adições	(1.607)	(87)	(126)	-	(369)	(18)	(1.071)	-	(1.092)	-	(4.370)
Baixas	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
Saldos em 31/12/2021	(20.025)	(1.007)	(1.313)	-	(3.677)	(188)	(6.367)	-	(6.088)	(1)	(38.666)
	Residual										
Em 31/12/2021	5.592	350	488	2.207	5.546	112	11.435	46	1.677	-	27.453
Em 31/12/2020	4.488	342	612	2.207	5.915	52	4.722	45	2.560	-	20.943

b) Consolidado

	Hardware	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	25,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,8	8,6	6,9	-	4,1	11,5	11,4	10,1	9,7	-
	Custo									
Saldos em 31/12/2021	465.201	82.432	23.340	6.584	9.223	23.244	17.802	7.765	9.669	645.260
Adições	118.643	17.599	7.997	-	2	1.285	15.266	133	74	160.999
Baixas	(39.845)	(15.821)	(3.658)	(96)	-	(8.840)	(843)	-	(8.247)	(77.350)
Transferências	1.165	-	96	-	-	-	-	-	-	1.361
Saldos em 31/12/2022	545.164	84.210	27.875	6.488	9.225	15.689	32.225	7.898	1.496	730.270
	Depreciação									
Saldos em 31/12/2021	(373.485)	(44.041)	(16.350)	-	(3.677)	(18.818)	(6.367)	(6.088)	(9.136)	(477.962)
Adições	(37.674)	(6.500)	(1.636)	-	(370)	(1.732)	(2.809)	(790)	(142)	(51.653)
Baixas	38.640	6.456	2.773	-	-	8.582	3	-	7.900	64.354
Transferências	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)
Saldos em 31/12/2022	(372.598)	(44.085)	(15.213)	-	(4.047)	(11.968)	(9.173)	(6.878)	(1.378)	(465.340)
	Residual									
Em 31/12/2022	172.566	40.125	12.662	6.488	5.178	3.721	23.052	1.020	118	264.930
Em 31/12/2021	91.716	38.391	6.990	6.584	5.546	4.426	11.435	1.677	533	167.298
	Custo									
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	25,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,7	7,1	6,3	-	4,0	6,0	7,7	14,3	2,7	-
	Custo									
Saldos em 31/12/2020	434.660	63.452	21.895	6.536	9.223	19.360	10.018	7.556	10.678	583.378
Adições	31.320	18.525	1.473	-	-	3.985	7.784	209	1	63.297
Baixas	(46)	(1)	(52)	-	-	(101)	-	-	-	(200)
Transferências	(733)	456	24	48	-	-	-	-	(1.010)	(1.215)
Saldos em 31/12/2021	465.201	82.432	23.340	6.584	9.223	23.244	17.802	7.765	9.669	645.260
	Depreciação									
Saldos em 31/12/2020	(347.993)	(38.824)	(14.958)	-	(3.308)	(17.643)	(5.296)	(4.996)	(9.873)	(442.891)
Adições	(25.696)	(5.218)	(1.429)	-	(369)	(1.271)	(1.071)	(1.092)	(265)	(36.411)
Baixas	43	1	46	-	-	96	-	-	-	186
Transferências	161	-	(9)	-	-	-	-	-	1.002	1.154
Saldos em 31/12/2021	(373.485)	(44.041)	(16.350)	-	(3.677)	(18.818)	(6.367)	(6.088)	(9.136)	(477.962)
	Residual									
Em 31/12/2021	91.716	38.391	6.990	6.584	5.546	4.426	11.435	1.677	533	167.298
Em 31/12/2020	86.667	24.628	6.937	6.536	5.915	1.717	4.722	2.560	805	140.487

Em 31 de dezembro de 2022, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e rebocques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza. A administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

13. Intangível - Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de preço estimado pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior. a) Controladora

<

Continuação															
Instituição															
Item	Empresa	financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias											
(a).	Ecopistas	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,0. Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.											
(b).	Eco101	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão de direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.											
(c).	Ecoponte	BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30; Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Interventente: (i) Dívida Líquida/EBIT-DA ajustado ≤ 4,00	Penhor das ações da Beneficiária, cessão fiduciária dos direitos cre- ditórios de que a Ecoponte seja ti- tular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da con- cessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.											
(d).	ECO050	BNDES	Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBIT-DA Ajustado ≤ 4,00	Fiança da Ecorodovias Fiança Corporativa/Penhor de 100% das ações da Beneficiária / Cessão Fiduciária, até a final liqui- dação de todas as obrigações do contrato.											
(e).	ECO050	BDMG	Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBIT-DA Ajustado ≤ 4,00	Fiança Corporativa / Penhor de 100% das ações da Beneficiária/ Cessão Fiduciária, até a final liqui- dação de todas as obrigações do contrato.											
(f).	ECO050	Caixa/ FINISA	Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBIT-DA Ajustado ≤ 4,00	Penhor de 100% das ações da Be- neficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liqui- dação de todas as obrigações do contrato.											
(g).	ECO050	FDCO	Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBIT-DA Ajustado ≤ 4,00	Penhor de 100% das ações da Be- neficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liqui- dação de todas as obrigações do contrato.											
Instituição															
Item	Empresa	financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias											
(h)...	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD ≥ 1,3 / PL Ajusta- do AT Ajustado ≥ 20% Intervententes: Dívida Líquida / EBIT-DA Ajustado ≤ 4,00	Penhor de 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contra- to. Fiança da Ecorodovias. Alienação do bem.											
(i) ... Eco135 Santander Não exigem manutenção de índices															
Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Os referidos índices são medidos anualmente, com base na Demonstração Financeira de 31 de dezembro de cada ano, exceto pelos índices da controlada Ecopistas, que são medidos trimestralmente. Conforme demonstrado abaixo, as controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros ("covenants") dos referidos contratos. A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros exigidos e medidos em 31 de dezembro de 2022.															
Índices financeiros Ecopistas (a)				Exigido	Medido										
(i) Patrimônio líquido/passivo total.....				≥ 20%	52,76%										
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida.....				≥ 1,20	1,91										
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado.....				< 4,00	1,63										
Índices financeiros Eco101 (b)				Exigido	Medido										
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida.....				≥ 1,30	1,33										
(ii) Patrimônio líquido/ativo total.....				≥ 20%	62,60%										
Índices financeiros Ecoponte (c)				Exigido	Medido										
(i) Patrimônio líquido ajustado/passivo total.....				≥ 20%	31,80%										
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida.....				≥ 1,30	1,69										
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.).....				≤ 4,00	3,93										
Índices financeiros Eco050 (d, e, f, g)				Exigido	Medido										
(i) Beneficiária: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.....				≥ 1,20	1,32										
(ii) Beneficiária: Patrimônio Líquido / Ativo Total.....				≥ 20%	39,87%										
(iii) Interventente: Dívida líquida/EBITDA ajustado.....				≤ 4,00	3,93										
Índices financeiros Eco135 (h)				Exigido	Medido										
(i) Cobertura de dívida.....				≥ 1,30	2,07										
(ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado.....				≥ 20%	53,68%										
(iii) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços).....				≤ 4,00	3,93										
As controladas da Companhia estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos. Os <i>covenants</i> não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplimento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Os subcréditos e liberações efetuados são como segue: Ecopistas															
Subcrédito (*)			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			99.200	99.200	99.200	114 mensais									
b.....			85.528	85.528	85.528	114 mensais									
d.....			27.999	27.999	26.525	114 mensais									
e.....			21.769	21.769	19.048	8 anuais									
j.....			11.281	11.281	8.312	114 mensais									
k.....			22.438	22.438	16.534	114 mensais									
l.....			9.169	9.169	6.418	10 anuais									
Total.....			277.384	277.384	261.565										
(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018. Eco101															
Subcrédito			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
A.....			188.473	188.473	68.595	150 parcelas									
B1.....			66.237	66.237	17.034	150 parcelas									
B2.....			52.483	52.483	12.851	150 parcelas									
B3.....			117.799	117.799	27.743	150 parcelas									
B4.....			28.388	-	-	150 parcelas									
B5.....			22.493	-	-	150 parcelas									
B6.....			50.485	-	-	150 parcelas									
C1.....			54.165	-	-	150 parcelas									
C2.....			28.231	-	-	150 parcelas									
C3.....			99.159	-	-	150 parcelas									
C4.....			50.671	-	-	150 parcelas									
C5.....			26.409	-	-	150 parcelas									
C6.....			92.762	-	-	150 parcelas									
C-SOCIAL.....			4.389	-	-	150 parcelas									
Total.....			882.144	424.992	126.223										
Ecoponte			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			107.465	62.649	12.061	177 mensais									
b.....			177.920	127.465	16.509	157 mensais									
c.....			118.915	69.546	5.609	163 mensais									
d.....			10.625	1.495	210	177 mensais									
e.....			2.075	2.076	288	157 mensais									
Total.....			417.000	263.231	34.677										
Eco050			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			85.000	85.000	8061	234 mensais									
b.....			35.000	26.214	1383	234 mensais									
Total.....			120.000	111.214	9.444										
FINISA			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			350.000	326.350	26.849	234 mensais									
Total.....			350.000	326.350	26.849										
FDCO			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			200.000	186.486	41.210	40 semestrais									
Total.....			200.000	186.486	41.210										
BNDES			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			75.998	75.998	7.240	234 mensais									
B1.....			17.026	17.026	1.623	234 mensais									
B2.....			25.387	25.387	2.427	234 mensais									
C1.....			18.912	18.912	1.810	234 mensais									
C2.....			28.916	28.916	2.640	234 mensais									
D1.....			19.603	19.603	602	234 mensais									
D2.....			27.558	6.038	179	234 mensais									
R.....			46.600	46.600	4.176	234 mensais									
S.....			2.675	-	-	234 mensais									
X.....			42.500	42.500	3.556	234 mensais									
Y.....			48.000	48.000	640	234 mensais									
Z.....			79.500	34.159	439	234 mensais									
Total.....			432.675	363.139	25.332										
Eco135			Total	Liberação	Amortização	Parcelas									
a.....			71.489	71.489	3.897	276 mensais									
b 1º.....			661.572	251.594	-	234 mensais									
c.....			263.289	17.623	-	234 mensais									
Total.....			996.350	340.706	3.897										
16. Debêntures - A posição das debêntures está resumida a seguir:															
Ref.	Companhia	Emissão	Série	Valor	Taxa efetiva	Pagamento de juros	Amortização Principal								
a).....	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	681.000	10,60%	Anual	Anuais a partir de 2022								
b).....	Ecovias dos Imigrantes	3a	Única	600.000	7,85%	Anual	Anual								
c).....	Ecovias dos Imigrantes	4a	Única	950.000	7,39%	Semestral	No vencimento								
d).....	Ecosul	1a	Única	370.000	12,90%	Semestral	Semestral a partir de								

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre debêntures privada	(62.187)	(37.521)	-	-
Juros capitalizados	-	-	252.577	129.492
Juros sobre mútuo	(6.974)	(1.125)	-	-
PIS/COFINS e outras receitas financeiras	(13.438)	(5.901)	(7.451)	(11.432)
Juros sobre arrendamentos	(1.187)	(753)	(6.418)	(2.554)
Outras despesas financeiras	(4.376)	(8.447)	(25.695)	(23.113)
	(571.122)	(369.718)	(1.180.556)	(996.346)
	(438.207)	(309.384)	(937.848)	(884.262)

Resultado financeiro, líquido

(*) Refere-se à receita de aplicação financeira da conta garantia, em favor do Governo do Estado de São Paulo, em virtude da assinatura do Termo Aditivo Modificativo - TAM provisório em abril/2021 (18/2021), até a assinatura do TAM definitivo em novembro/2021 (19/2021), da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O valor foi integralmente transferido ao Governo do Estado de São Paulo no âmbito da assinatura do aditivo à título de Ônus da Concessão.

28. Lucro Por Ação - Consolidado - a) Lucro básico e diluído por ação: O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	456.073	426.482
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	2.086.715	1.102.879
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,22	0,39

b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

29. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros - Consolidado - Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa, anualmente, a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índice de endividamento:** Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	4.065.082	3.786.097	12.749.021	11.328.472
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(152.631)	(1.105.256)	(2.589.669)	(3.238.646)
Dívida líquida	3.912.451	2.680.841	10.159.352	8.089.826
Patrimônio líquido (b)	2.617.471	2.573.583	2.832.457	2.573.583
Índice de endividamento líquido	1,49	1,04	3,59	3,14
(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente circulares e não circulares, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 15, 16 e 17 e 19. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras controlada reserva: são finanças por fundos de investimentos em renda fixa, operações comprometidas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022 são como segue:				

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	34.030	34.030
Clientes (ii)	280.607	280.607
Aplicações financeiras controlada reserva (i)	1.473.218	1.473.218
Outros créditos - conta reserva - ANTT (vi)	1.125.566	1.125.566
Passivos:		
Fornecedores (ii)	210.818	210.818
Risco Sacado (ii)	11.523	11.523
Empréstimos e financiamentos (iii)	1.995.281	1.930.283
Passivo de Arrendamento (iii)	151.347	151.347
Debêntures (iii)	8.504.345	6.929.289
Obrigações com Poder Concedente (iv)	972.482	2.363.552
Obrigações com Poder Concedente (vi)	1.125.566	1.125.566

Classificação - Valor justo através do resultado

Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (v)..... 2.102 2.102

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras controlada reserva, se aproximam do valor justo nas datas dos balanços. (ii) O saldo das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Risco Sacado" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e Passivo de Arrendamento estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente". (v) O valor do *Phantom Stock Option* e do *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas". (vi) Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a (i) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 4% da receita da Concessionária EcoRioMinas e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais.

Conselho de Administração	
Membros Efetivos:	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES ROBERTO BORGES PAIVA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações financeiras consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

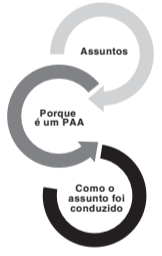
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 25) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalcularmos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 13) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 13.328.328 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas impactam diretamente o valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoiar na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.
Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP"), a Companhia celebrou Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo. Em 1º de abril de 2022 o ANPC foi homologado judicialmente o que encerra a etapa homologatória e se inicia o cumprimento das obrigações estabelecidas no ANPC. Em 30 de setembro de 2022, conforme documentação juntada pela superintendência jurídica da Artsp, o secretário de governo do estado de São Paulo, acolheu a documentação que demonstrava a preferência pelo recebimento em dinheiro do valor de R\$ 150.000 mil. Conforme divulgado na Nota 20 (d) às demonstrações financeiras, o acordo estabelece que a Companhia arcará com o valor de R\$ 638.000 mil, que foi destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Companhia. Desse valor, R\$ 38.000 mil foram pagos pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores.	Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e o respectivo aditivo do acordo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do ANPC. Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo. Inspeccionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração. Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.
Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Durante o exercício de 2022 a Companhia e o Estado de Paulo, por sua Secretaria de Logística e Transportes, firmaram os Termos Aditivos e Modificativos no 20/2022 e no 21/2022. Conforme divulgado na Nota 19 (iv) às demonstrações financeiras, o termo estabelece que a Companhia assumia a execução das obras no valor de R\$ 89.875 mil, com isso a Companhia deverá realizar os investimentos nos trechos dessa concessão, em contrapartida obteve o direito de estender o prazo do contrato de concessão até 11 de fevereiro de 2034, além de outros aspectos divulgados na nota explicativa às demonstrações financeiras. Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da relevância dos valores apresentados no termo, bem como pela complexidade e julgamento envolvido.	Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do TAM firmado entre a Ecovias e o Estado de São Paulo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do TAM. Inspeccionamos os valores dispostos no TAM e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Juros a incorrer			
	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Risco do CDI	130.117	162.646	195.175
Risco do CDI	(862.763)	(959.989)	(1.056.159)
Risco da IPCA	(439.319)	(467.983)	(496.363)
Risco da IPCA	(947)	(1.183)	(1.420)
Risco da IPCA	(32.047)	(33.016)	(33.986)
Risco do TJLP	(132.514)	(164.801)	(197.089)
	<u>(1.337.473)</u>	<u>(1.484.326)</u>	<u>(1.589.842)</u>

data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2035, sendo também amortizadas em parcelas semestrais consecutivas. **Debêntures Ecovias dos Imigrantes:** Em 03 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., aprovou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e da Resolução CVM 160/2002, no valor total de R\$900.000. Sobre as referidas debêntures incidirão juros remuneratórios de CDI + 2,00%, sendo o pagamento da remuneração realizado semestralmente, a partir da data de emissão. As referidas debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Diretoria	
Diretor de Recursos Humanos:	GUILHERME BRAGA DOS SANTOS
Diretor de Controladoria:	HUGO RAFAEL MITZ
Diretor de Relações com Investidores:	HUGO RAFAEL MITZ
Diretor de Engenharia:	FILIPPO CHIARELLO
Diretor de Tecnologia:	AFRÂNIO LAMY SPOLADOR JUNIOR
Diretor Jurídico:	EDUARDO AUGUSTO ALCKMIN JACOB
Contador: HUGO RAFAEL MITZ - CRC 1PR050369/0-4 T° SP	

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 20(c)) Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 72.614 mil em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito. Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto.	Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como as atualizações sobre o tema para o exercício de 2022. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema. Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração. Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações feitas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditor Independente Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publegal.diariodenoticias.com.br/>